

Deliberação CIF nº xx, de xx de maio de 2023.

Notificar a Fundação Renova pelo descumprimento dos da 1º alínea “c” da deliberação nº 239/2018, descumprimento do item 3º da deliberação nº 287/2019 e descumprimento do item 2º da deliberação nº 321/2019 referente a aprovação do Parque Urbano do município de Rio Doce-MG, conforme Nota Técnica 53/2023.

Em atenção ao TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC) e ao TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA GOVERNANÇA (TAC-Gov), celebrados entre órgãos e entidades da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda.; e

Considerando a Clausula 247 do TTAC “Em caso de descumprimento por culpa exclusiva da FUNDAÇÃO, da SAMARCO ou de qualquer das- ACIONISTAS de suas respectivas obrigações assumidas em quaisquer das cláusulas constantes deste Acordo, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, o COMITÊ INTERFEDERATIVO comunicará formalmente à parte inadimplente o descumprimento, com cópia para as demais empresas, para que estas tenham ciência e a inadimplente adote as medidas necessárias para cumprimento das obrigações ou justifique o seu não cumprimento, estabelecendo prazo compatível para devida adequação”.

Considerando o parágrafo 7º da cláusula 247 do TTAC “Na hipótese de descumprimento dos prazos estabelecidos para a execução dos PROJETOS previstos em cada um dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS pela FUNDAÇÃO, a SAMARCO ficará obrigada ao pagamento de multa de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por item descumprido, cumulado com multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por item descumprido.

Considerando, ainda, a Deliberação CIF n.º 239, de 30 de novembro de 2018, em especial seu item “1” alínea c.

Considerando, ainda, a Deliberação CIF n.º 287 de 28 de maio de 2019, em especial seu item “3”.

Considerando, ainda, a Deliberação CIF n.º 321 de 27 de agosto de 2019, em especial seu item “3”, e as atribuições deste órgão colegiado, o **COMITÊ INTERFEDERATIVO** delibera:

1. Notificar a Fundação Renova na forma do parágrafo décimo da Cláusula 247 do TTAC, que prevê aplicação de penalidade de R\$1.000.000,00. (um milhão de reais) cumulado com multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para sanar o descumprimento do item “1” alínea “c” da deliberação 239 aprovada em 30 de novembro de 2018, no prazo de 10 dias para envio de documentos que comprove o cumprimento da presente deliberação.
2. Notificar a Fundação Renova na forma do parágrafo décimo da Cláusula 247 do TTAC, que prevê aplicação de penalidade de R\$1.000.000,00. (um milhão de reais) cumulado com multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para sanar o descumprimento do item “3” da deliberação 287 aprovada em 28 de maio de 2019, no prazo de 10 dias para envio de documentos que comprove o cumprimento da presente deliberação.
3. Notificar a Fundação Renova na forma do parágrafo décimo da Cláusula 247 do TTAC, que prevê aplicação de penalidade de R\$1.000.000,00. (um milhão de reais) cumulado com multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para sanar o descumprimento do item “2” da deliberação 27 de agosto de 2019, no prazo de 10 dias para envio de documentos que comprove o cumprimento da presente deliberação.
4. Notificar a FUNDAÇÃO RENOVA, nos termos da Cláusula 247 do TTAC, com cópia para ciência das empresas SAMARCO MINERAÇÃO S/A, VALE S/A e BHP Billiton Brasil LTDA.
5. Informar ao Juízo da 12ª Vara Cível e Agrária/MG do descumprimento da Deliberação 652/2023 e da reiterada recalcitrância da Fundação Renova em cumprir as deliberações aprovadas no CIF e demais ações de reparação e compensação nas comunidades atingidas previstas pelo Programa da Qualidade de Vida e do Turismo (PG-13), conforme cláusulas 101 a 105 do TTAC.

6. Solicita que o valor oriundo do recebimento desta multa, sejam destinados aos territórios Mineiros de Mariana-MG, Governador Valadares-MG e Marliéria-MG, conforme previsto na clausula xx do TAC-Gov.

Brasília, xx de maio de 2023

Presidente do Comitê Interfederativo